

Tema essencial está emperrado

Geraldo Magela

Juntamente com propostas consideradas "lixo" legislativo, tramitam há vários anos projetos importantes, que por não estarem incluídos na lista de relevâncias, acabam também emperrando os trabalhos. Entre estes, estão projetos de significativa importância social, como as normas de engenharia genética, a simplificação do processo penal e o fim da crueldade no abate de animais.

Ao contrário dos países desenvidos, o Brasil não possui legislação que estabelece níveis de segurança para o uso das técnicas de engenharia genética. O projeto é de autoria dos senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Francisco Rolemberg (PFL-SE).

A substituição do inquérito policial por uma informação sumária nos crimes culposos e dolosos, que não atentem contra a vida, é outra matéria pronta para ser votada no Senado.

Ao defender esta alteração no Código Penal, seu autor, o senador Márcio Lacerda (PMDB-MT), parte do pressuposto de que o inquérito policial nem sempre se torna necessário e pode ser substituído por um procedimento menos complexo e mais ágil. A exigência de reconhecimento de firma e autenticação de documentos pelos cartórios de notas no País poderá ser definitivamente abolida, se a Câmara aprovar proposta do deputado Gastone Righi (PTB-SP), que prevê processo civil e criminal para quem incorrer em crime de falsificação desses



Maciel: engenharia genética

documentos.

A violência registrada diariamente nos matadouros do País, com o atual sistema abate de animais, será proibida por lei, se a Câmara aprovar o projeto do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), em tramitação há alguns anos. A proposta estabelece normas obrigatórias de métodos científicos e modernos de insensibilização. Além da crueldade, segundo Feldmann, a ciência comprova que, submetidos a pânico ou agonia, os animais secretam toxinas que contaminam sua carne e podem provocar no homem doenças como reumatismo, câncer e envelhecimento precoce. (S.B.)